

(RE) EXISTÊNCIA: AÇÕES DE MULHERES QUILOMBOLAS KALUNGA DA COMUNIDADE SALINAS NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE EM GOIÁS

Samara OLIVEIRA

samarah.alves62@gmail.com

Historiadora formada pela Universidade Estadual de Goiás Campus Nordeste – Formosa

Atuou como professora na rede privada do DF e como voluntária no cursinho popular Educação (UnB/FUP

Cursa Mestrado em Direito (PPGD/UnB)

Chefe de divisão na Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no Ministério da Igualdade Racial

RESUMO

O presente trabalho tem como tema as vivências e resistências femininas no Quilombo Kalunga, com foco na Comunidade Salinas, localizada no município de Cavalcante, estado de Goiás. O objetivo é refletir sobre as experiências das mulheres quilombolas, a partir de suas trajetórias, saberes e formas de luta. O problema investigativo que orienta a pesquisa é: *como as mulheres quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas vivenciam e percebem os conflitos territoriais marcados por violações de direitos humanos e pela ausência de políticas públicas, e como essa luta pela terra afeta seu cotidiano e suas estratégias de resistência?* A pesquisa se fundamenta no referencial teórico-metodológico da História Oral, articulando relatos orais de mulheres Kalunga e análise bibliográfica sobre a história local e os conceitos de quilombismo, gênero e territorialidade. As fontes utilizadas envolvem entrevistas com mulheres da comunidade e obras de referência sobre quilombos, história das mulheres negras e história oral. Como resultados parciais, observa-se que as narrativas das mulheres evidenciam um protagonismo marcado por práticas cotidianas de resistência e preservação do território, em uma luta contínua pela afirmação de direitos e pela manutenção de suas formas próprias de existência. A discussão centra-se na perspectiva das mulheres enquanto sujeitos políticos e históricos fundamentais na construção e na defesa do Quilombo Kalunga.

Palavras-chave: Quilombo Kalunga; História Oral; Direitos Humanos; Territorialidade.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nas próximas páginas começou a ser gestada em 2020, a partir de leituras e estudos bibliográficos, tendo sua etapa etnográfica realizada em dezembro de 2022. Trata-se de um processo longo, marcado por envolvimento teórico, afetivo e político, que resultou na entrega da monografia do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, sobretudo, nesta pesquisa comprometida e posicionada. O principal objetivo é, a partir das fontes bibliográficas e dos relatos orais coletados, construir uma reflexão sobre a centralidade das vivências femininas no tempo



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

presente, no interior do Quilombo Kalunga, localizado no norte de Goiás, com recorte na Comunidade Salinas. Buscamos construir uma escrita política, que reconheça o valor das histórias partilhadas por essas mulheres, com quem trocamos saberes e experiências, tornando este trabalho uma autoria compartilhada. Essas mulheres não se limitam à resistência: são também responsáveis pela manutenção e reinvenção cotidiana de formas próprias de existência. Reconhecemos, assim, a importância de valorizar e defender a ancestralidade viva na Comunidade, uma ancestralidade que se faz pelas mãos pretas e femininas que preservam o território, a memória e a vida.

Através de apontamentos históricos construímos nossa reflexão sobre a problemática central da obra, que é refletir e buscar entender que ao estudarmos sobre a História do Brasil, para além da colonialidade, precisamos estudar as comunidades quilombolas e ao estudarmos as comunidades precisamos conhecer essas mulheres que fazem a manutenção do quilombismo, sem essas mulheres o Quilombo Kalunga não estaria resistindo até os dias de hoje. No primeiro momento, entenderemos o que motivou a fazer esse trabalho, o porquê de escolher falar dessas personagens que durante tanto tempo foram silenciadas por uma Historiografia Tradicional e Colonialista. Abordaremos uma série de teóricas, podendo destacar: Angela Davis, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Luciana Ballestrin, Gayatri Chakravorty Spivak e Marta de Oliveira Rovai.

A História Oral foi uma das metodologias fundamentais para a construção deste trabalho. Aqui, ela é compreendida como um método de escuta sensível e ativa, que exige não apenas técnica, mas também disposição ética e afetiva para o encontro. Para alcançar o objetivo de realizar as entrevistas e conhecer mais profundamente os saberes dessas mulheres, foi necessário trilhar um caminho de aproximação, estudo e construção de confiança com as personagens da pesquisa. Todo o processo foi realizado com a devida autorização da Associação do Quilombo Kalunga (AQK), e as entrevistas só aconteceram mediante consentimento das próprias mulheres, que autorizaram o uso de seus nomes e imagens. Assim, este trabalho se desenvolve dentro dos princípios éticos e com o rigor que a pesquisa exige.

No segundo momento da obra, será analisado o conceito de Quilombo através das ideias e reflexões da historiadora Beatriz Nascimento, que é o nosso maior suporte teórico. É importante que se entenda como foi construído o ideal de Quilombo dentro da história da sociedade brasileira



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

ao longo dos anos, que rompe com uma ideia estereotipada e preconceituosa do que são as comunidades quilombolas, afinal, o quilombo precisa ser entendido como um símbolo de (re)existência e a busca por uma presença ancestral. Afinal “o quilombo não é como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, mas a tentativa de independência de homens que procuram por si só estabelecer uma vida para si.” (NASCIMENTO, 1977, p. 129). Será abordado também para além desse quadro geral histórico um recorte mais regional, destacando a história do Quilombo dos Kalungas, que fica no cerrado goiano, através dos estudos da historiadora e socióloga Thais Alves Marinho, e da pesquisadora Andréa Gonçalves Silva, desmistificando tantas construções que permeiam o imaginário.

Depois de compreender o porquê de trabalhar com essas mulheres e qual a metodologia utilizada para chegar até elas, juntamente com importância historiográfica do quilombo para a construção da identidade brasileira, iniciamos a terceira parte, que dá força a nossa pesquisa, onde de fato é relatado e transcrito as entrevistas realizadas, que são as nossas fontes em vida e potência. É nesse momento que compartilhamos as vozes dessas mulheres Kalungas de Salinas. Entrevistamos quatro delas: Santana, Dionisia, Dona Justina e Maria Santa, que além de entrevistadas são fontes de pesquisa e de vida. A decisão de manter os nomes reais e as histórias verdadeiras é, também, uma escolha metodológica e política. Não se trata apenas de narrar experiências, mas de afirmar identidades. Não cabia o uso de codinomes: o colonialismo já nos arrancou os nomes uma vez, quando trouxe, de forma traumática e violenta, a população negra para este território. Hoje, reafirmar esses nomes é um ato de resistência. É preciso que essas mulheres estejam inscritas nos livros de história, com seus nomes, rostos e vozes, como as novas Dandaras de nosso tempo.

Além das mulheres, que são o foco central desta pesquisa, também foi realizada uma entrevista com o atual presidente da Associação do Quilombo Kalunga, Carlos Pereira. Sua escuta se justifica pelo papel que ocupa na estrutura da comunidade: enquanto liderança, ele é uma figura de referência e articulação, especialmente nas frentes institucionais de luta por direitos. Ouvi-lo foi uma escolha estratégica, não para deslocar o centro da narrativa, mas para compreender como as estruturas políticas formais dialogam com as práticas cotidianas de resistência conduzidas pelas mulheres. São elas que constroem, dia após dia, as batalhas pela sobrevivência do território.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

Mulheres ligadas ao roçado, ao cuidado, ao engajamento político, e à promoção de outras mulheres, cuidando umas das outras, fortalecendo-se mutuamente. Elas possuem força sim, mas não uma força heroica ou romantizada: é uma força cotidiana, atravessada por cansaços e silêncios, que insiste em continuar mesmo quando tudo parece ruir. Essa força está ligada a uma vida de manutenção, de luta pelo que permanece. Preservar a identidade Kalunga, nesse sentido, é também um gesto de insistência. E a Comunidade Salinas insiste em viver e reviver, pelas mãos, vozes e histórias dessas mulheres.

Mas, afinal, o que justifica a escolha por narrar as vivências dessas mulheres e do líder quilombola? A importância está justamente em romper com a lógica das histórias únicas, aquelas que se pautam em temas hegemônicos e normativos, invisibilizando outras formas de existência. É urgente narrar as experiências que escapam às margens da colonialidade, dar visibilidade aos sujeitos históricos que compõem os povos quilombolas e suas múltiplas formas de resistência. As histórias únicas estão diretamente relacionadas às estruturas coloniais, às relações de poder e controle que ainda atravessam a sociedade brasileira. Por isso, compreender a História do Brasil e o processo de formação das identidades negras exige que nos voltemos aos estudos e às práticas dos quilombos. É justamente esse o caminho que escolhemos trilhar: ir ao encontro dessas pessoas, ouvir suas vozes, compartilhar seus saberes e construir, de forma coletiva, reflexões sobre suas ações, lutas e memórias. Porque, historicamente, esses grupos foram excluídos dos livros de história, e é preciso corrigir essa ausência com escuta, presença e escrita comprometida.

2. MATERIAIS E MÉTODOS: HISTÓRIA ORAL E ESCUTAS SENSÍVEIS

A filósofa Angela Davis, em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, escrita na década de 1980 e publicada no Brasil apenas em 2016, afirma que há uma ausência significativa na historiografia em relação às experiências das mulheres negras escravizadas. Para ela, a escravidão foi uma das formas mais brutais de opressão, cujas marcas ainda estruturam a sociedade. No contexto brasileiro, essa opressão se expressa de formas diversas, afetando distintos grupos sociais de maneira desigual. No



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

caso das mulheres negras, essa vulnerabilidade é ainda mais acentuada, pois elas ocupam, historicamente, a base da pirâmide social, tanto em termos econômicos quanto simbólicos. No primeiro artigo de sua obra, Davis analisa as raízes dessa marginalização, revelando como as mulheres negras foram brutalmente perseguidas, tratadas como frágeis e, ao mesmo tempo, exploradas como propriedades de “seus senhores”. Trabalhavam exaustivamente, muitas vezes mais que os homens, eram castigadas fisicamente, exploradas sexualmente, serviam como reprodutoras e eram impedidas de cuidar de seus próprios filhos. Essas violências não apenas marcaram suas vidas, mas também sustentaram uma narrativa histórica de subalternização.

É nesse sentido que incorporamos ao debate a contribuição de Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga e uma das pioneiras nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil. Para Lélia, homens e mulheres negras e negros compartilham uma experiência histórica comum de enfrentamento à dominação colonial, atravessada por uma ancestralidade ameríndia e africana. Segundo ela, essa trajetória foi sistematicamente apagada e silenciada, e por isso propõe sua retomada por meio do conceito de amefricanidade, uma noção que ultrapassa os limites geográficos e propõe uma reconstrução histórica e cultural da identidade negra nas Américas. A amefricanidade é, portanto, uma ferramenta política e epistemológica para construir as narrativas que nos foram negadas.

Seu valor metodológico, ao meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, América, enquanto o sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e dos nossos antepassados do continente que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos, designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa amefricanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertencemos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas (GONZÁLEZ, 2020, p. 135).



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

E assim começamos a perceber que desigualdades vão sendo construídas, no entanto, essas desigualdades geram insubmissões por parte desses grupos, principalmente entre as mulheres. Sendo possível enxergar várias lideranças femininas que resistiram e romperam com esse imaginário de submissão e conformidade, como Dandara dos Palmares, que é uma personagem do século XVII, exemplo dessas afirmações. A mesma foi sistematicamente excluída desse processo de construção social. Dandara organizava a estrutura do quilombo, fazia armas, enfrentava os senhores de engenho, saía em frente de batalha, e liderou junto ao companheiro e os vários enfrentamentos que ocorreram entre os integrantes do quilombo e soldados da Coroa Portuguesa, no entanto, é pouco retratada. Fazendo com que haja uma lacuna historiográfica a respeito dessas personagens, principalmente entre os séculos XIX e XX pela Historiografia Tradicional.

Na América Latina, o passado colonial compartilhado revela raízes comuns de expropriação, concentração fundiária e imposição cultural europeia. Essa colonização teve um caráter eminentemente exploratório: os colonizadores não vinham para construir sociedades, mas para extrair riquezas. Como afirma Grada Kilomba, teórica, escritora e psicóloga. O colonialismo não é um capítulo encerrado, mas uma ferida ainda aberta, uma herança traumática que continua moldando subjetividades, relações sociais e estruturas de poder.

A escravização, o colonialismo e o racismo cotidiano necessariamente contém o trauma de um evento de vida intensa e violento, evento para o qual a cultura não fornece equivalente simbólicos e aos quais o sujeito é incapaz de responder adequadamente. (KILOMA, 2019, p. 214).

O colonialismo e a colonialidade instauraram um regime de violências materiais e simbólicas, sobretudo sobre os corpos racializados e subalternizados. No entanto, pensar apenas a partir dessas práticas é insuficiente, é nesse ponto que surge a decolonialidade como possibilidade de ruptura. Conforme analisa Luciana Ballestrin em *América Latina e o Giro Decolonial*, a decolonialidade propõe um caminho de crítica e reconstrução frente aos padrões impostos pela modernidade eurocentrada e pelo capitalismo. Trata-se de um movimento que confronta diretamente a lógica colonial, denunciando a estrutura dicotômica que opõe Ser e Não-Ser e que sustenta hierarquias de saber, poder e existência. Nesse processo, a escravidão aparece como elemento fundante do controle colonial, pois o domínio passa pela exploração do trabalho e pela



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

invasão dos corpos. A decolonialidade, portanto, busca dar centralidade às vozes historicamente silenciadas, propondo outras epistemologias e formas de existência que resistem e reinventam o mundo.

É nesse sentido que o pensamento de Gayatri Chakravorty Spivak se torna essencial. Ao perguntar "Pode o subalterno falar?" e responder "Não", Spivak denuncia que o silenciamento colonial é mais profundo do que a mera ausência de fala, trata-se da impossibilidade de ser ouvido dentro de uma estrutura que nega a legitimidade da voz subalterna. Essa reflexão ecoa na condição das mulheres negras quilombolas, que foram sistematicamente apagadas da historiografia brasileira. Para romper com esse silêncio, fez-se necessário escutá-las com sensibilidade, adotando a História Oral como método. Ouvir essas mulheres, em sua potência e experiência, foi essencial para construir uma narrativa que resista à lógica colonial e afirme outras formas de conhecimento e existência.

3. POR QUE ESCUTAR QUEM FOI SILENCIADO?

Marta Rovai afirma que ouvidos, no entanto, não basta para escutar, precisamos oferecer nossos olhos, nossa presença e nosso reconhecimento. E a História Oral é um método que consiste em realizar entrevistas. Devolvendo a história às pessoas em suas próprias palavras. E no caso da presente pesquisa usamos como método a História Oral, que é uma ferramenta que vem sendo muito utilizada nos últimos anos por historiadores. O ato de escutar como uma abertura ética, entendendo que não são objetos, são pessoas e sentimentos, então é necessário ter uma escuta atenta e sensível, se colocar na narrativa, afinal aquele que ouve e aquele que relata tem valor igual.

A ética da escuta pode informar, sensibilizar, politizar e empoderar. Para isso, ela envolve potencial emotivo, questões de identidade, legado, reparação, tradição, sempre em disputa e, portanto, sempre presentes no fazer história oral: Ouvir não significa apenas assumir uma conversa nem responsabilizar se pelas histórias contadas, mas colocar se na condição de pronunciamento contra as violências do presente, as exclusões, a indiferença, contra a passividade diante de um passado só aparentemente distante. Exige de nós transformarmos a informação em conhecimento e afetividade. Ou seja, tornar o que aparentemente é banal, ou invisível, em consciência de existência, consciência histórica. (ROVAI, 2015, p. 117).



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

E é importante dar ênfase nesse trecho citado acima porque o ato de ouvir une todos os pesquisadores e as pesquisadoras juntamente com o narrador, e a escuta faz o historiador. Mantendo sempre o respeito ao escolher trabalhar com outro. O outro não é um objeto de pesquisa, é um ser humano notado com emoções e memórias. Então, ao escolher dar voz ao outro, o historiador também escolhe dar ouvidos atentos e respeitosos. E respeito significa nesse contexto olhar e escutar outra vez, escutando não somente com os ouvidos, mas com os olhos e a alma, mantendo uma postura ética para construir um trabalho para além do cunho acadêmico.

Quando optamos por trabalhar com pessoas, assumimos uma prática que demanda de nós paciência na construção de certa “arte de perder tempo”, e que se configura, na verdade, no desenvolvimento de uma capacidade de ganhar tempo na medida em que qualificamos as experiências submetidas à nossa análise sob pressupostos das ciências humanas. Ter humildade exige de nós responsabilidade ética para ouvirmos e vermos quantas vezes forem necessárias as performances de nossos entrevistados. Nosso trabalho trata com fontes vivas, humanas, e que, portanto, devem ser entendidas como mais do que um objeto, um sujeito que pensa, sente, seleciona e interpreta sua própria existência. Como alguém que também nos analisa e que vê em nós a possibilidade de se tornar visível num mundo de excessos de imagens e palavras. (Ibid, p.112).

No caso desta pesquisa, foram ouvidas especificamente quilombolas, cujas experiências e vozes têm sido historicamente marginalizadas pela historiografia oficial. Na prática, o método exigiu uma preparação cuidadosa: a elaboração de roteiros, a coleta de dados prévios e a realização das entrevistas foram etapas fundamentais antes do trabalho de campo propriamente dito.

4. CONCEITO DE QUILOMBO POR BEATRIZ NASCIMENTO

Pensar a História do Brasil é pensar nos quilombos, e pensar nos quilombos é, necessariamente, pensar nas mulheres. É com essa perspectiva que nos aproximamos da trajetória de Maria Beatriz Nascimento, mulher preta nascida em Aracaju, Sergipe, em julho de 1942. Formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se tornou uma das mais importantes



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

intelectuais negras do país. Como historiadora e pesquisadora, dedicou mais de duas décadas ao estudo das formações quilombolas, construindo uma produção teórica que confronta os limites da historiografia tradicional, ainda dominada por vozes brancas, masculinas e coloniais. Sua trajetória acadêmica é também uma trajetória política, ao ocupar um espaço historicamente negado às mulheres negras e ao resgatar narrativas apagadas da memória oficial.

Para esta pesquisa, Beatriz Nascimento é uma referência indispensável. Seu legado vai além da academia, ao reposicionar os quilombos como espaços de resistência, memória e identidade negra. Ela compreende o quilombo não apenas como um fato histórico, mas como uma forma de enxergar o mundo, uma prática de autoafirmação coletiva diante do apagamento sistemático. Foi nas décadas de 1970 e 1980 que seu pensamento se fortaleceu como base dos movimentos negros e feministas, reposicionando homens e mulheres negros como protagonistas da história brasileira e contribuindo para um renascimento político e epistemológico dos povos afro-brasileiros. Ela destaca os quilombos como símbolos de resistências, união entre os povos, acolhimento e busca por uma presença ancestral.

A ordem oficial, repressão, é que chamou isso de quilombo, que é um nome negro e que significa união. Então, no momento em que o negro se unifica, se agrega, ele está sempre formando um quilombo, está eternamente formando um quilombo, o nome em africano é união (NASCIMENTO, 2011, p126).

Beatriz Nascimento destaca os quilombos como símbolos de resistências, união entre os povos, acolhimento e busca por uma presença ancestral. Quilombo reforça a identidade cultural, possuindo um reconhecimento histórico, no qual, seus efeitos começam a ser trabalhados, criando a sua própria liberdade, união e autonomia, marcando assim a real característica dos quilombos, pois:

O quilombo não é como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato de os negros existirem a tentativa dentro de uma sociedade opressora, mas também a tentativa de independência de homens que procuram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social para si (Ibidem., 2011, p. 129).



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

As comunidades quilombolas não podem ser compreendidas apenas como refúgios de fugitivos do sistema escravocrata, essa é uma visão limitada e equivocada, amplamente reproduzida pela historiografia tradicional. Como aponta a historiadora, o quilombo não surge exclusivamente em reação à escravidão; sua estrutura e existência precedem e ultrapassam esse contexto, sendo expressão de um modo próprio de organização social, cultural e política dos povos negros. A autora também destaca a dificuldade histórica de se compreender a complexidade dessas comunidades, especialmente por parte da visão eurocentrada que dominou os discursos acadêmicos: “O quilombo é uma coisa tão negra, tão própria nossa, tão compreensível para nós, que o homem branco, ao dominar não conseguiu entender” (NASCIMENTO, 1977, p. 132).

Esse é um dos grandes desafios enfrentados por historiadoras e historiadores do tempo presente: compreender a dimensão ampla dos quilombos sem reduzi-los a categorias coloniais ou binarismos simplistas. A tentativa de nomear e classificar o quilombo a partir de parâmetros externos falha justamente por desconsiderar sua raiz ancestral e identitária. É por isso que trabalhamos com reflexões, reconhecendo que a origem dos quilombos, embora ainda cercada de imprecisões documentais, pode ser pensada a partir de elementos da cultura angolana e de outras matrizes africanas. O quilombo, nesse sentido, é muito mais do que resistência, é existência, continuidade e reinvenção. É o "começo, meio, começo", como afirma Antônio Bispo dos Santos. Lavrador, poeta, escritor, professor e ativista político, Nêgo Bispo é uma das vozes mais potentes do pensamento das comunidades tradicionais do Brasil. Militante incansável do movimento quilombola e da luta pelo direito à terra, foi, é e sempre será uma referência viva na defesa dos saberes e modos de vida ancestrais.

5. DISCUSSÃO: O DESAFIO EM ESCUTAR

As comunidades quilombolas não são marginais à identidade brasileira, ao contrário, são parte essencial de sua formação, ainda que historicamente invisibilizadas. Romper com essa lógica foi o que nos moveu: tratamos as mulheres quilombolas como protagonistas de saberes, e não como objetos de pesquisa. A comunidade Kalunga é alvo frequente de estudos, mas muitos são



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

feitos sem presença no território ou autorização da Comunidade, o que reproduz uma lógica extrativista. Por isso, respeitamos todos os protocolos: apresentamos o pré-projeto à AQK, obtivemos autorização formal e conduzimos as entrevistas mediante consentimento livre e esclarecido. Quilombolas são sujeitos de direito e conhecimento. Nosso encontro com as mulheres Kalunga partiu desse respeito, e foi orientado por perguntas que seguem vivas: por que falar das mulheres pretas quilombolas? Por que as Kalungas? Por que Salinas? Essas questões continuam a guiar este trabalho e afirmam nosso compromisso com uma ética de escuta, presença e responsabilidade.

6. QUILOMBO DOS KALUNGAS

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população quilombola brasileira é majoritariamente jovem: 48,4% têm até 29 anos, com idade mediana de 31 anos (28% em territórios quilombolas oficialmente reconhecidos). Além disso, observa-se um relativo equilíbrio de gênero: 100 homens para cada 100 mulheres¹. Embora não haja dados específicos do Censo para o Quilombo Kalunga, é possível inferir que o perfil segue essa tendência nacional. A titulação do território Kalunga, iniciada oficialmente em 1998, avança de forma lenta. O Ministério Público Federal tem cobrado a regularização fundiária dos 186 mil hectares ainda pendentes, denunciando ao menos 14 conflitos possessórios relacionados à presença de fazendeiros e invasores na área.²

No caso do Quilombo Kalunga, a sua formação está diretamente vinculada à história do estado de Goiás, como aponta Andréa Gonçalves Silva, pesquisadora e representante legal da Associação Quilombo Kalunga. Segundo ela, o quilombo remonta ao início do século XVIII.

A formação deste quilombo remonta ao início do século 18. Em 1722, com a ocupação das terras do planalto central e a criação do estado de Goiás por bandeirantes descendentes de portugueses, sob o comando de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e João Leite da Silva Ortiz, no auge do ciclo de ouro e da garimpagem,

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022: População Quilombola*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

² MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. *MPF cobra regularização de 186 mil hectares do território Kalunga*. 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

começaram a ser trazidos para o estado de Goiás milhares de escravos negros provenientes da costa da África Ocidental para servir de mão de obra na mineração. (GONÇALVES, 2022, p. 73).

Esse processo de escravização brutal alimentou o anseio por liberdade também no Centro-Oeste, e é nesse cenário que emerge a comunidade quilombola Kalunga. Os primeiros “refúgios” foram os locais conhecidos hoje como Vão do Moleque, Vão de Almas, Contenda-Kalunga e Ribeirão, marcando o nascimento do povo Kalunga. Assim, o quilombo representa uma grande expressão de historicidade, constituindo-se como espaço além da resistência, contestação social e esperança de uma nova vida, consolidando-se como uma importante comunidade negra rural. Construimos também nossa reflexão teórica com base na socióloga Thais Alves Marinho, que estuda as relações da identidade com a territorialidade Kalunga, segundo ela a comunidade Kalunga:

Tornou-se pioneira na luta pelo reconhecimento institucional e pelo direito à propriedade territorial, a partir da participação da antropóloga Mari Baiocchi que, desde 1982, quando teve o primeiro contato com a comunidade, vem atuando junto às lideranças locais visando alcançar tal objetivo. Essa ação pioneira culminou no reconhecimento da comunidade em âmbito estatal por meio da lei Estadual nº 11.409/91, que lhe delegou o título de Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. (MARINHO, 2017, p. 355).

O processo de titulação dos territórios quilombolas, como o do Quilombo Kalunga, é essencial não apenas para garantir segurança jurídica às comunidades, mas também para proteger sua identidade cultural e as áreas de preservação ambiental que integram seus modos de vida. No caso Kalunga, esse reconhecimento não se deu de forma neutra. A concessão de direitos territoriais esteve ancorada no reconhecimento da contribuição autêntica dessas comunidades para a construção da nação, o que fundamentaria, inclusive, o título de Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro. Ainda assim, durante todo o processo de luta pelo território, a comunidade precisou enfrentar críticas e resistências que tentavam deslegitimar sua vinculação com a tradição quilombola, ao mesmo tempo em que reafirmava, com firmeza, a autenticidade de sua cultura e modo de vida.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

Reduzir os Kalunga a uma herança do passado é um equívoco. Eles não são resquícios de uma história encerrada, mas sujeitos do tempo presente, cuja existência contesta narrativas que insistem em retratar os quilombos como estruturas ultrapassadas ou exóticas. Persistem, ainda hoje, imaginários distorcidos que tratam os quilombos como “sociedades à parte”, o que nega seu pertencimento pleno à formação social brasileira. Muitos moradores relatam o incômodo diante do olhar de turistas que visitam a comunidade esperando encontrar algo semelhante a aldeias indígenas tradicionais, uma expectativa construída por representações coloniais e pela historiografia tradicional. Resta, então, uma pergunta incômoda, mas necessária: a quem interessa manter a imagem dos quilombos como vestígios do passado, desconectados do presente e de sua potência política, cultural e territorial?

A estrutura de sociabilidade territorial entre os Kalunga é marcada pelo agrupamento de famílias vinculadas por laços de convivência, práticas de auxílio mútuo, atividades religiosas e um forte sentimento de pertencimento à localidade. Nesse sentido, o território não deve ser compreendido apenas como um espaço físico, mas como uma extensão da própria vida coletiva. É dele que vem a subsistência, a memória, a identidade e os vínculos sociais que sustentam a comunidade. A terra, portanto, representa mais do que uma base econômica: ela é um espaço de afetos, de espiritualidade e de continuidade cultural. Além disso, o território Kalunga se destaca por sua diversidade cultural e por seu diálogo com o turismo ecológico, já que está inserido na região da Chapada dos Veadeiros, reconhecida nacional e internacionalmente por suas belezas naturais. Cortejos, procissões e a tradição católica convivem com a valorização de práticas turísticas sustentáveis, que se tornaram uma das principais fontes de renda da comunidade.

Em todas as formas de organização do Quilombo Kalunga, as mulheres sempre ocuparam posições centrais, não como coadjuvantes, mas como articuladoras, lideranças e guardiãs dos saberes comunitários. Em territórios onde a base econômica está fortemente ligada à agricultura e à relação com a terra, a presença do sagrado feminino se manifesta cotidianamente, reafirmando o papel político e simbólico das mulheres. É nesse contexto que a questão de gênero se torna incontornável: a manutenção da vida, da memória e das práticas comunitárias passa diretamente



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

pela ação feminina. Um marco inegável disso é Dona Procópio³, a primeira pessoa a articular politicamente o reconhecimento do território, mobilizando lideranças, dialogando com instituições e reunindo a comunidade em torno da luta pelo direito à terra. Sua trajetória é símbolo da resistência e da inteligência coletiva das mulheres⁴.

Segundo dados da Associação Quilombo Kalunga (AQK), o território reúne mais de 30 comunidades, cada qual com suas singularidades. O Engenho II, por exemplo, é o núcleo mais conhecido, por onde circulam turistas e pesquisadores, devido à facilidade de acesso. Justamente por isso, a AQK encaminhou esta pesquisa para a Comunidade Salinas, uma localidade menos assistida e, até então, sem registros de trabalhos acadêmicos reconhecidos pela própria Associação. Essa escolha reforça o compromisso ético da pesquisa: dar visibilidade a vozes e experiências frequentemente marginalizadas, especialmente as das mulheres. O trabalho tomou proporções que ultrapassam expectativas iniciais, exigindo de nós não apenas rigor metodológico. Ouvir essas mulheres, historicamente silenciadas, é afirmar que elas têm o que dizer, e muito. Afinal, a raiz do quilombo são elas.

7. MULHERES KALUNGAS DE SALINAS

A comunidade de Salinas está situada no município de Cavalcante, na região do Vão do Moleque. Segundo informações da AQK, até o momento não há registros de trabalhos acadêmicos produzidos especificamente sobre essa região, o que torna as fontes orais ainda mais fundamentais para a construção de conhecimento. Foi a própria AQK que indicou que esta pesquisa fosse realizada em Salinas, destacando a carência local em relação a outras comunidades. Essa realidade foi confirmada nos relatos das mulheres entrevistadas, que evidenciam as desigualdades vividas cotidianamente. A região é de difícil acesso, especialmente no período chuvoso, quando as cheias do rio dificultam a locomoção. Para além da geografia, o que mais marca Salinas é a relação profunda

³ ROSA, Procópio dos Santos. *Iaiá Procópio: memória e resistência Kalunga*. Organização: Élcia Melo, Nilma Gomes, João Gabriel da Silva. Goiânia: Ifesgo, 2021.

⁴ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG). *UEG concede título de Doutora Honoris Causa à líder quilombola Iaiá Procópio*. 2022. Disponível em: <https://www.ueg.br/100148>. Acesso em: 26 jun. 2025.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

das mulheres com a terra, uma terra que é sustento, é memória, é sagrada. Mas é também uma terra ameaçada, invadida, violada. Ainda assim, é do chão do Cerrado que nasce a vida, e nele floresce a esperança.

Para construir essa pesquisa, ouvimos os relatos de quatro mulheres: Santana, Dionísia, Dona Justina e Maria Santa. Também dialogamos com o atual presidente da AQK, Carlos Pereira. As entrevistas foram realizadas nos dias 11 e 12 de dezembro de 2022, todas autorizadas formalmente. Cada encontro teve sua singularidade, e foram marcados por intensas trocas de afetos e saberes. Durante todo o processo, fomos atravessados por perguntas que nos mobilizam até hoje: o que nos moveu a realizar esse trabalho? O que buscamos ao ouvi-las? Que impacto esses relatos podem ter no campo do conhecimento histórico? E o que essas mulheres nos revelaram? São essas perguntas que dão movimento ao trabalho, ele não é estático, ele pulsa. As reflexões que aqui se propõem nos formam enquanto sujeitos políticos. A invisibilidade está na raiz do problema, e reconhecer essas mulheres como protagonistas da história, como forças vivas na manutenção da comunidade e do quilombo, é também afirmar que o quilombo é parte essencial da história do Brasil. É isso que dá sentido a essa pesquisa.

8. SANTANA SANTOS TORRES

Santana tem 28 anos, Kalunga por parte de materna. Casada e mãe de dois meninos e uma menina, lembra com carinho da infância. Conta que acordava todos os dias às cinco da manhã para conseguir chegar à escola às sete, fazendo o trajeto a cavalo, de bicicleta ou mesmo a pé. Uma lembrança marcante desse período é a carroça do avô, onde costumava brincar com os irmãos. Filha de mãe solo, Santana teve o pai ausente, um garimpeiro que abandonou a família quando ela ainda era criança. Desde cedo, ajudava nos trabalhos da roça, nas tarefas domésticas e no cuidado com os irmãos. Apesar das dificuldades que atravessaram sua trajetória, seguiu em frente. Em determinado momento, saiu da comunidade Salinas para estudar em Correntes, onde morou com a madrinha. “Ficava chorando, o clima era diferente, aí com o tempo voltei pra casa da minha mãe, conheci o Joca.”



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

Joca é seu companheiro e também liderança da Comunidade de Salinas. Isso significa que sua família está diretamente inserida no contexto político do território Kalunga. Um episódio marcante vivenciado por eles ilustra bem essa realidade: “Durante um tempo teve uma família que queria invadir o terreno da gente, terreno Kalunga. E o Joca entrou em contato, conseguiu pegar nosso território de volta. Eles falaram que a gente não tinha titulação, mas a gente tem, tem criação, tem as coisas.” Esse relato evidencia como o engajamento político é essencial para o reconhecimento e a defesa das terras quilombolas, que ainda hoje sofrem com tentativas de invasão. É por isso que todas as comunidades contam com lideranças locais e há também uma liderança geral que representa todo o Quilombo Kalunga.

A relação de Santana com Joca é marcada pelo compartilhamento das responsabilidades familiares e políticas. Como companheira do líder comunitário, ela o acompanha em atividades na Associação, em reuniões e movimentos do território. Quando Joca precisa se ausentar para cumprir esse papel de liderança, Santana permanece no cotidiano da casa, dividindo os afazeres com os filhos e a filha, mantendo o funcionamento da vida em família. Ela também comenta sobre o choque cultural que sentem quando saem da comunidade Salinas e vão para a cidade de Cavalcante, onde a família mantém outra residência. Esses deslocamentos reforçam as tensões entre os modos de vida do quilombo e os da cidade, exigindo constantemente estratégias de adaptação.

Lá em Salinas não tem energia, um lugar muito esquecido, e a gente torce para dar tudo certo. Quando estamos aqui na cidade tem luz, quando chegamos na roça não tem. Tem vela, tem fogo. Uma energia para a gente lá ia ser um adiantado e muito, muito. A gente mata um gado e a gente não tem como ficar com a carne, tem que colocar no sol, maior dificuldade. Retalha, coloca no sol, seca. Às vezes coloca no sol e antes de secar começa a chover e perde toda a carne. Aí tem que cozinhar, fritar, enlatar. E são as mulheres que estão lá tomando conta disso.

Ao falar sobre o cotidiano na comunidade, Santana destaca aspectos da rotina que revelam a força do trabalho coletivo e da vida simples, porém intensa, no território Kalunga: “Todo dia a gente tem que pegar água no rio, lavar roupa na pedra, lavar as vasilhas depois do almoço no sol quente. A gente também armazena água para quando estiver chovendo não precisar descer para o rio.” Questionada sobre formas de trabalho remunerado, ela afirma que atua na roça como



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

lavradora, contribuindo diretamente para a subsistência da sua família. “Lá nós temos plantação de arroz, mandioca, milho, batata, melancia... A gente planta para o nosso consumo. Cria galinha, porco, bois. Tem o rio, a gente vai lá e pescar uns peixes. Lá para ganhar dinheiro é só os homens mesmo, quando vão trabalhar em outras comunidades ou na cidade. ”

As mulheres têm uma força muito grande dentro da Comunidade. Elas são importantes para a manutenção do Quilombo. Sem as mulheres não têm Quilombo Kalunga. A importância das mulheres para a minha comunidade é tipo assim, às vezes os homens vão para o serviço e a mulher fica em casa, a mulher também vai para a roça ajudar, planta mandioca, planta milho, planta uma outra coisa. É muito ativo.

Como ela tem uma filha de 12 anos, perguntamos o que ela espera para o futuro:

Eu espero que a minha filha termine os estudos, faça uma faculdade, que ela possa ser uma professora ou outro algo. Que ela possa cuidar da gente, que amanhã ela tenha um estudo, que ela retorne para o território, cuide da gente. Que ela saia para estudar e que retorne para o território, trazer o que ela aprendeu pra cá. Eu prefiro que ela volte.

Ou seja, o futuro carrega uma esperança viva nas meninas que vão colher os frutos semeados por essas mulheres. É uma relação de troca e continuidade entre gerações: a filha que se espelha na mãe, a mãe que se projeta na filha. Uma mãe que, embora não tenha tido muitas oportunidades escolares, reconhece o valor da educação e, por isso, incentiva a filha a estudar, a sonhar mais longe. Abdica de si mesma para se doar à outra, dedica o pouco tempo que tem, oferece seu cuidado, sua presença e seu afeto para deixar uma herança que considera a mais valiosa: o estudo.

Encerrar essa entrevista é também refletir sobre a potência que existe nas ações dessas mulheres em Salinas. A trajetória de Santana, entre roças, rios, reuniões e afetos, nos revela muito mais do que resistência, revela a vida em movimento. São mulheres que lutam pela terra, pela educação dos filhos, pela continuidade da comunidade, não como heroínas idealizadas, mas como pessoas reais, com cansaço, sonhos, dores e coragem. Santana atua também na defesa do território, enfrentando conflitos e disputas por reconhecimento, mostrando que a luta quilombola é feita no



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

dia a dia, entre cuidar da casa e articular ações políticas na comunidade. São essas histórias que nos convocam a pensar o Brasil democrático que queremos: um país que reconheça a centralidade das comunidades tradicionais, que não romantize sua existência, mas que entenda que elas estão vivas, se reinventando, e que precisam de políticas públicas e respeito para seguir existindo. As ações dessas mulheres em Salinas têm muito a nos dizer, basta que estejamos dispostos a escutar.

9. DIONISIA DE SOUZA RODRIGUES

Histórias como a de Santana nos ajudam a compreender a força cotidiana que sustenta o território Kalunga e apontam para um Brasil que precisa, urgentemente, reconhecer e fortalecer suas comunidades tradicionais. Mas Santana não está sozinha. Ao seu lado, na hora da entrevista, estava Dionísia, chegaram juntas, sorridentes e calmas, e se sentaram uma ao lado da outra. Dionísia também tem 28 anos, é mãe de três filhos, e se reconhece como quilombola Kalunga por parte de mãe e de pai. Sua origem transita entre Arraias, no Tocantins, e Goiás, já que sua mãe vem do lado tocantinense e seu pai, goiano. Dionísia cresceu entre os dois estados, afinal, quando se está em Salinas, basta atravessar o Rio Paranã para estar no Tocantins.

Quando perguntada sobre a infância e a escola, ela recorda com leveza das brincadeiras com os colegas, das boas lembranças que guarda. Foi uma infância alegre dentro das possibilidades do seu tempo. Dionísia também fez questão de mencionar as formas de lazer e celebração da comunidade: os festejos de São Sebastião, a sussa, o forró e a folia. Uma etapa importante da sua trajetória é marcada pela mudança para Goiânia, aos 13 anos, algo que, segundo ela, ainda hoje é comum entre os jovens da comunidade que saem em busca de estudo ou trabalho.

Fiquei um, dois anos. Trabalhei numa casa de família, cuidei de um idoso. Foi a primeira vez que saí do território. Logo quando cheguei, senti vontade de voltar, aí fui ficando e conhecendo, trabalhei, trabalhei até esse idoso morrer. Minha tia arrumou esse trabalho para mim e aí eu fui, minha mãe não queria deixar e minha tia conversou e ela deixou. Eu tinha vontade de ter as coisas e minha mãe não tinha como me dar, aí eu fui trabalhar para comprar. Fui com 13 anos e voltei com 15. Eu tive sorte porque a velhinha era tranquila e me tratava super bem, reconhecia porque eu cuidava de tudo muito bem. Mas tem gente que (risos) que não é.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

Ao narrar esse período em que viveu fora, Dionísia revela que a mudança para Goiânia trouxe aprendizados, mas também muitos desafios. A capital de Goiás é apresentada como um centro de oportunidades e de melhores condições de vida, especialmente no que diz respeito à questão financeira. Relatos como o de Dionísia são comuns entre moradores da comunidade, que muitas vezes veem a cidade como alternativa de trabalho e renda. “Fiquei um, dois anos. Trabalhei numa casa de família, cuidei de um idoso. Foi a primeira vez que saí do território.”

Sua experiência escancara uma realidade que não pode ser romantizada: meninas adolescentes deixando seus territórios para trabalhar em centros urbanos, sozinhas, afastadas de suas famílias e comunidades, em busca de condições mínimas que o Estado se nega a oferecer. Esse deslocamento precoce e forçado de jovens quilombolas é um alerta. Não se trata apenas de sair da comunidade para a cidade vizinha, como Cavalcante, mas de percorrer longas distâncias até capitais como Goiânia e Brasília, vistas como centros de promessa e oportunidade. No entanto, esse caminho está repleto de riscos, sobretudo para meninas como Dionísia que trabalharam ainda adolescentes. A ausência de políticas públicas inclusivas dentro dos territórios Kalunga, sobretudo no acesso à educação pública de qualidade, à formação profissional e a oportunidades locais de geração de renda, empurra crianças e adolescentes para fora de seus espaços de pertencimento, não por escolha, mas por pura necessidade. Essas histórias revelam como o abandono do Estado tem consequências profundas e duradouras, e como são essas mulheres e suas famílias que seguem sustentando, com esforço, coragem e afeto, a permanência e a vitalidade de suas comunidades.

Ademais, ao ser perguntada sobre a importância das mulheres para o território, ela nos afirma com firmeza e orgulho que o papel delas é fundamental para manter viva a comunidade. É através das mulheres que a cultura se preserva, o cuidado se organiza e a luta pelo território se sustenta no cotidiano.

Lá sem as mulheres não é nada não. As mulheres lá pra mim é tudo. As mulheres são o seguinte, se o marido vai para cidade comprar comida, as mulheres ficam, cuida das crianças, às vezes na roça, saí, vão pra roça. As mulheres são muito importantes na região das Salinas. Lá tem mais mulheres, mais que homens. Se tirar as mulheres desequilibra tudo.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

Esse relato nos provoca a refletir: essas mulheres não se limitam à resistência ou ao empoderamento, suas trajetórias vão muito além. Quem cuida também precisa ser cuidada. E quem cuida dessas mulheres? Historicamente, foram silenciadas, tratadas como coadjuvantes, mesmo sendo as responsáveis por manter o Quilombo vivo. É preciso uma retomada urgente: sem as mulheres, o território não existe. Ainda que muitas, especialmente as mais velhas, tenham tido pouco acesso à escolaridade formal, hoje vemos uma nova geração de mulheres Kalunga ocupando universidades, parlamentos, escolas, espaços públicos e comunitários. Para cada mulher que avança, há outra que a apoiou. Essa força é coletiva. A manutenção do Quilombo não exige presença fixa no território, elas circulam, escolhem partir ou permanecer, e constroem pontes entre o rural e o urbano. Como bem disse Dionísia, “tirar as mulheres do Quilombo desequilibra tudo.” Estão no centro dos conflitos e das soluções. Vivem sob a ameaça da grilagem, como Santana relatou, mas seguem firmes: são protagonistas, e precisam ser reconhecidas.

10. DONA JUSTINA E MARIA SANTA

Dona Justina é mãe de Maria Santa, e por isso suas histórias se entrelaçam. Irmã mais velha de uma família Kalunga, Dona Justina nunca frequentou a escola. Teve dez filhos, dos quais apenas quatro estão vivos. Nasceu próxima ao Rio Paranã e, há cerca de cinquenta anos, mudou-se para Salinas ao se casar, tornando-se, assim, uma das moradoras mais antigas da comunidade. Com a morte do marido, há 36 anos, tornou-se mãe solo e passou a trabalhar na roça para sustentar os filhos. Hoje, com idade avançada, encontra-se adoecida, fragilizada, com dores nas pernas e dificuldades para caminhar e continuar a lida no campo. Sua trajetória é marcada por uma série de dificuldades, especialmente após a perda do companheiro. Em determinado momento, Dona Justina precisou trabalhar no garimpo próximo ao Rio Paranã, um trabalho árduo, especialmente porque o ouro já estava escasso. Dona Justina dividia o tempo entre o garimpo e o roçado, e ainda é da terra que vem o sustento de sua família.

A entrevista com Dona Justina foi marcada por pausas e dificuldades de memória, próprias do envelhecimento. E é nesse momento que Maria Santa entra para ajudar a contar a história da mãe, narrando também a sua. Com 44 anos, Maria Santa é mãe solo e começou a



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

trabalhar com a mãe ainda criança, aos oito anos, ajudando tanto no garimpo quanto na roça. Aos 15 anos, mudou-se para Goiânia para estudar e trabalhar como babá, cuidando do filho de uma “tia”. Permaneceu nessa função por cinco anos, mas os estudos foram interrompidos no sexto ano do Ensino Fundamental. Ficou em Goiânia até os 27 anos, onde passou também a trabalhar como faxineira em uma clínica, durante oito anos.

A trajetória de Maria Santa nos permite refletir sobre as violências estruturais que atravessam a vida das mulheres negras e quilombolas. O trabalho doméstico, historicamente imposto a mulheres pretas, ainda representa uma das poucas alternativas de inserção no mercado formal. É um espelho da herança escravocrata. 65%⁵ das trabalhadoras domésticas no Brasil são mulheres negras, número que revela o quanto o racismo estrutural ainda define quem limpa, quem serve, quem cuida. Essa realidade marca profundamente as trajetórias de mulheres negras da cidade e do quilombo. E para além do trabalho doméstico elas encontram também o racismo cotidiano. Maria Santa, teve sua vivência atravessada por uma situação racial dentro do seu ambiente de trabalho, como ela nos relata.

Uma das minhas patroas, que era médica, me chamou de preta. Disse que o uniforme parecia comigo, porque eu era preta. E aí uma das minhas outras patroas me levou para denunciar. Eu fiquei muito decepcionada, ela pagou para mim 3mil, eu não quis recorrer com processo, peguei e vim embora. Não penso em voltar para Goiânia mais não.

O racismo é, sem dúvida, um dos traumas mais profundos deixados pelo colonialismo, e no momento da entrevista, quando Maria Santa compartilhou um episódio de racismo vivido em seu local de trabalho, não foi possível seguir adiante sem reconhecer a gravidade do que nos era contado. No Brasil, o racismo é estrutural, atravessa instituições, práticas culturais, relações interpessoais e subjetividades negras. Não se trata apenas de uma questão moral, mas de um sistema que opera historicamente. O país foi o último das Américas a abolir formalmente a escravidão, lançando os povos negros à margem da sociedade, sem reparação ou políticas de inclusão. Como nos alerta Grada Kilomba, a falta de atenção real ao fenômeno do racismo revela o

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2025.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

desrespeito profundo com aqueles que o experienciam cotidianamente. E o que Maria Santa viveu foi justamente isso: o racismo cotidiano, aquele que muitas vezes é naturalizado, banalizado, mas que deixa marcas profundas. Após denunciar a violência sofrida, enfrentou entraves burocráticos que, mesmo diante de uma legislação que reconhece o racismo como crime, dificultam o acesso à justiça e à reparação.

Esse episódio foi decisivo em sua trajetória: depois de anos na capital goiana, retornou para o território, para casa. É nesse retorno que a conhecemos, e é a partir da sua voz que somos convocados a pensar como o racismo impacta as vidas de mulheres negras quilombolas em suas diversas dimensões: no trabalho, no corpo, na memória e no pertencimento. A história de Maria Santa nos remete à leitura potente de Lélia Gonzalez, que afirma que a mulher negra tem sido uma verdadeira quilombola, deslocada, resistente, mas também sobrecarregada e invisibilizada. Para González, a situação da mulher negra contemporânea guarda muitas semelhanças com o passado escravocrata: “Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do peito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos” (GONZÁLEZ, 2020, p. 199). É com essa consciência crítica que ouvimos Maria Santa, não apenas como um testemunho pessoal, mas como expressão de um sistema que ainda precisa ser desmantelado.

As mulheres de Salinas carregam em si uma força ancestral que atravessa gerações. Muitas vezes, mesmo sem querer, são obrigadas a ser fortes. Mas é preciso lembrar que existe um lugar possível além da dor, do racismo e do trabalho exaustivo, um lugar de pertencimento, de escolha. Escolher ficar, como fez Dona Justina; recusar a cidade, como Santana; retornar para casa, como Dionísia e Maria Santa. O território é também um espaço de cansaço. Porque resistir o tempo todo é exaustivo, elas querem mais que resistir, querem simplesmente existir. Serem respeitadas, valorizadas, viver com dignidade, e não apenas sobreviver. Por isso, pensar nessa luta fora da romantização é urgente. Ouvir, conviver, sorrir e se emocionar com suas histórias é bonito, mas para elas, não se trata de feitos extraordinários, trata-se da vida acontecendo, de forma ordinária e não extraordinária, com coragem e silêncio, no íntimo de seus cotidianos.

11. CARLOS PEREIRA



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

A presença de Carlos nesta pesquisa, ainda que única entre os entrevistados, se justifica por sua relevância política e simbólica no Território Kalunga. Inicialmente, o trabalho tinha como foco exclusivo as experiências das mulheres quilombolas, mas a entrevista com Carlos surgiu de forma espontânea, durante uma visita noturna à sua casa, iluminada apenas por velas e lanternas. Filho de pais Kalungas e nascido na Comunidade do Prata, Carlos tem 27 anos e é o atual presidente da Associação do Quilombo Kalunga (AQK), representando mais de 8 mil pessoas. Sua trajetória se destaca por ter sido, desde jovem, marcada pela busca por educação e enfrentamento ao preconceito racial. Aos 12 anos, decidiu morar sozinho em Cavalcante para estudar, inspirado por um primo que se tornou prefeito. Ao chegar à cidade, enfrentou racismo e discriminação por sua origem quilombola. Esse enfrentamento o impulsionou à militância: ingressou em movimentos sociais, na política estudantil, no MST e na Comissão Pastoral da Terra. Formou-se em Educação do Campo pela UnB-FUP e se tornou o mais jovem presidente da AQK.

Carlos reconhece a centralidade das mulheres na sustentação do quilombo. Segundo ele, mesmo quando os homens estão à frente das instituições, existe uma rede feminina que garante a continuidade da luta: mães, companheiras, irmãs. Cita a importância de mulheres como dona Deuselina, primeira presidente da AQK, e atual secretária de educação de Cavalcante. Destaca também que a AQK busca a paridade de gênero na sua composição, seis mulheres e seis homens. Ainda que reconheça seu lugar de fala como homem, Carlos defende que sua liderança deve contribuir para o empoderamento das mulheres. Relata o desejo de deixar como legado um projeto de horta comunitária para mães solo e reafirma a importância de combater a violência contra as mulheres e fortalecer sua autonomia:

O primeiro foco indispensavelmente é o encorajamento, frisar que as mulheres elas não devem apanhar de ninguém, as crianças precisam ser respeitadas. Que mulheres não devem ter medo de ameaças. É essa uma das grandes fogueiras que eu quero acender dentro desse recorte. Que as mulheres não devem ser vistas só como quem fica em casa cuidando de menino, que elas sejam quem elas quiserem ser com sua própria independência. Que produzem a sua roça, sem precisar de macho, é esse o movimento. Para além da Associação, eu tenho um projeto de vida, tenho um terreno que eu quero fazer um projeto de horta comunitária para as mães solas. Eu enquanto Carlos buscarei deixar minha melhor versão humana aqui nesse espaço.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

Seu depoimento reforça a perspectiva de que o quilombismo é sustentado, sobretudo, por mãos femininas, mesmo que nem sempre visíveis. A entrevista com Carlos não desvia o foco da pesquisa, mas o amplia, ao demonstrar como as mulheres Kalungas, mesmo fora dos espaços institucionais de poder, são fundamentais na manutenção do território e da identidade coletiva. Como ele mesmo afirma, nenhuma liderança caminha sozinha, há sempre uma mulher sustentando a base.

Por toda a bagagem que eu tenho trago assim, aprendido, e circulado em todo movimento, eu vejo como fonte fundamental mesmo. Que fortalece bastante a luta dos companheiros de linha de frente da militância, é a figura da mulher. Ou seja, mãe, namorada, esposa, irmã, que vai se apoiar no sentido de auxiliar mesmo. É muito difícil, eu desconheço algumas lideranças que fizeram sozinho. Eu vejo muitos companheiros quando estão com a mãe ou a presença de uma mulher tem tempo para estar na liderança, só que quando você perde essa estrutura, você perde essa liderança, ou seja, nós homens quando estamos no lugar de liderança aparecemos muito sozinhos, nesse sentido, mas no fundo tem alguém. Eu não vejo isso só a mulher Kalunga, mas todas as mulheres como chave fundamental em todas as organizações e movimentos, mas trazendo esse recorte para as mulheres kalungas eu também percebo.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito construir, de forma coletiva, reflexões a partir das vivências de mulheres quilombolas da comunidade Salinas. Ser mulher, preta, quilombola, mãe, irmã, filha, artista, companheira, benzedeira, rezadeira, parteira, mãe solo, estudante, trabalhadora do roçado, do garimpo, tudo isso é ser resistência. Foram apresentadas as múltiplas formas de saber que nascem dos quilombos e se sustentam pelas mãos femininas. A vida comunitária e política passa por elas: são guardiãs da oralidade, da culinária, dos saberes medicinais, do artesanato, das danças, das ladainhas, do modo único de fazer bolo de arroz. Elas tecem não só tecidos, mas também identidades, memórias e pertencimentos. Sem essas mulheres, não haveria história quilombola possível e, com isso, este trabalho reafirma sua centralidade não apenas no território, mas na história regional e nacional.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

As mulheres Kalunga são força vital e ancestral. Ainda que lhes tenha sido negado o direito de escrever sua própria história, continuam gerando futuros, afirmando sua identidade e lutando por reconhecimento. Enfrentam as violências cotidianas e estruturais com coragem: ao cuidar dos filhos, resistir a grileiros, reconstruir casas, dançar forró ao fim do dia ou dobrar os joelhos em oração. A manutenção do território Kalunga e de mais de suas 39 comunidades, só é possível por essa presença constante e intensa das mulheres negras. O ativismo, para elas, acontece todos os dias, em ações invisíveis e poderosas. Este trabalho não se encerra aqui. Ele é correnteza, é rio que segue. Ao dar visibilidade a essas histórias, afirmamos que é urgente publicá-las, levá-las à academia e escrever com elas as próximas páginas da História. Que nenhuma vida quilombola seja silenciada. As mulheres pretas são porque os quilombolas foram. A oralidade que sustenta suas narrativas carrega mundos e, assim como as quatro mulheres que encontramos nesta pesquisa, há muitas outras que têm o que narrar. Que essas vozes sigam ecoando.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, p. 89-117, 2013.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos. *Mulheres Quilombolas: Território de existências negras e femininas*. Editora: Jandaíra, 1º edição, 2020.

DOS SANTOS MUNIZ, Izadora Nogueira; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. Protagonismo feminino no processo de reconhecimento e titulação da comunidade quilombola Kalunga. *Revista Videre*, v. 13, n. 26, p. 67-96, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988b, p. 69-82.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo Afro-latino-americano*. Editora: Zahar, 1º Edição, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódio de racismo no cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: CoboGó, 2019.

MARINHO, Thais Alves. Territorialidade e Cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo. *Caderno CRH*, v. 30, p. 353-370, 2017.

MARINHO, Thais Alves. *Kalunga: os donos da terra*. Brazil Publishing, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: RATTTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Kwanza, 1974^a, p. 93-98.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma História feita por mãos Negras*. Editora: Zahar, 1º edição, 2021.



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo. Educação em direitos humanos: Narrativas biográficas. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, 2020. (Coleção EDH Linguagens e Narrativas).

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A Ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em História Oral. Revista Testimonios. p. 109-119. 2015.

SILVA, Andrea Gonçalves, Et al,. A desapropriação como instrumento de titulação de terras quilombolas: A não caducidade do decreto na Lei 4.132/62. São Paulo, Editora: Dialética, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar. UFMG, 2010.



SOBRE A AUTORIA

Samara OLIVEIRA

Samara Oliveira é uma mulher preta, nascida em Planaltina, periferia do Distrito Federal, filha de Celma Oliveira, mulher preta que se fez em pedaços para que Samara fosse inteira. É formada em História pela Universidade Estadual de Goiás – campus Nordeste, sede Formosa, onde desenvolveu pesquisas na área de gênero, interseccionalidade e decolonialidade, com foco nas ações de mulheres quilombolas Kalunga, defendendo uma historiografia política e posicionada. Atuou como professora em uma instituição privada do Distrito Federal (2022 – julho de 2023) e como professora voluntária no Projeto de Extensão da Universidade de Brasília (UnB/FUP), no cursinho pré-vestibular Educação (2019 – 2023). Atualmente é mestranda em Direito pela Universidade de Brasília (PPGD/UnB), com pesquisa voltada às estratégias de luta pelo direito à terra das mulheres quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas. Acumula experiência em políticas públicas e direitos humanos, tendo atuado por quase dois anos no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, na Comissão de Anistia (2023 – maio de 2025). Desde maio de 2025, exerce o cargo de Chefe de Divisão na



OLIVEIRA, S.

(Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás

| Dossiê

Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da SENAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no Ministério da Igualdade Racial.

Submissão: 05 de maio de 2025

Avaliações concluídas: 08 de agosto de 2025

Aprovação: 26 de agosto de 2025

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

OLIVEIRA, S. (Re) Existência: Ações de Mulheres Quilombolas Kalunga da Comunidade Salinas no Município de Cavalcante em Goiás. Revista *Temporis(ação)*: periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 25, N. 02, p. 01-328, jul./dez., 2025. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >